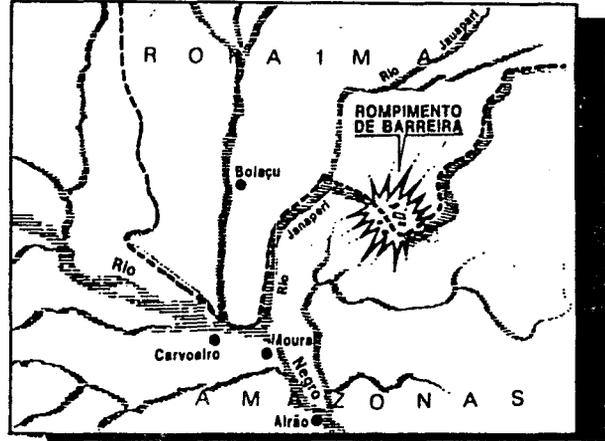


Aconteceu

**DESASTRE
 ECOLÓGICO
 AMEAÇA
 TERRAS
 INDÍGENAS**



Pág. 13

	1986 (jan/julho)	1985
Óbitos	4.578	4.360
Incapacidade permanente	24.000	21.292
Incapacidade temporária	954.000	904.804

Fontes: Dados coletados junto ao INPS e ao Instituto Nacional de Prevenção de Acidentes. As estatísticas registraram apenas os acidentes comunicados à Previdência Social.

**BRASIL:
 RECORDE
 EM
 ACIDENTES
 DE
 TRABALHO**

	1986 (período de janeiro a julho)	1985 (período de janeiro a dezembro)
Óbitos	29	15
Típicos	6743	3359
Trajetos	434	211
Inc. permanente	151	71
Inc. temporária	5964	3016

Fonte: Instituto Nacional de Prevenção de Acidentes

Pág.

Aconteceu

nº 410 - Maio/1987

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações

Arivaldo Padilha

Ary da Costa Pinto

Carlos Alberto Correia de Gu-
nha

Carlos Alberto Ricardo

Heloise de Souza Martins

Henrique Pereira Junior

Jether Pereira Ramalho (coor-
denador)

Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Marcus Vinicius Grotli Borges

Nelde Esterci

Sérgio Alli

Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor

Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte

ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:

Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 200,00

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 80,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Cbr: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

Constituinte

AUDITORIA DA DÍVIDA EXTERNA NAO PASSA E DIVIDE PMDB

Ao final de conturbada votação na Comissão de Sistematização da Constituinte, ontem à noite, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, foi chamado de "penetra do PMDB", "golpista" e "ditador" por parlamentares de seu partido, porque conseguiu derrubar projeto de decisão do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) que determinava a realização de uma auditoria da dívida externa brasileira. O projeto começou a ser discutido pela manhã, em outra reunião da Comissão de Sistematização, que durou cinco horas. Mas tanto o relator indicado pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da comissão, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), como o líder do governo, Carlos Sant'Anna, afirmaram que a auditoria não é uma atribuição da Constituinte. Criou-se então um impasse que só seria resolvido à noite. Na segunda sessão para discutir o assunto, Arinos aceitou colocar em votação em primeiro lugar se o projeto deveria ou não ser votado em seu mérito. Em votação simbólica, decretou que o assunto não era pertinente, o que equivale a dizer que não deveria ser posto em votação. Nesse momento, Sant'Anna e os deputados que o acompanhavam se levantaram e, aos gritos, declararam encerrada a sessão. (JB - 15/5/87)

DANTE: 'PONTOS INEGOCIÁVEIS' PARA REFORMA AGRÁRIA

A posse automática, pela União, das áreas decretadas para a reforma agrária; definição da área máxima da propriedade rural; vinculação da indenização aos tributos pagos pelo proprietário; os pré-requisitos para que um imóvel cumpra sua obrigação social, são "pontos inegociáveis",

segundo afirmou ontem o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, "para que a futura Constituição garanta avanços ao processo de reforma agrária". O ministro disse ainda que a proposta do relator da Subcomissão da Política Agrícola e da Reforma Agrária, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), contém alguns "avanços". Entretanto poderá, segundo ele, ser "melhorada", principalmente quando vincula a obrigação social da propriedade ao seu aproveitamento "racional". Dante defende a atual redação do Estatuto da Terra, segundo a qual o imóvel deve manter "níveis satisfatórios de produtividade". O ministro observou que a polêmica em torno da fixação da área máxima não tem sentido. O Estatuto da Terra, promulgado no regime militar (1964) assegura a desapropriação de toda área superior a seiscentos módulos rurais, por se revelar um latifúndio por dimensão. "Se a proposta fosse apresentada pela direita, ninguém estaria polemizando", disse o ministro. (FSP - 16/5/87)

EMENDA DE ULYSSES PREVÊ MANDATO DE CINCO ANOS

O presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, preparou ontem um substitutivo ao projeto do relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), propondo a adoção de um sistema de governo presidencialista, com um mandato de cinco anos para o presidente da República. O parecer do senador propõe a adoção de um sistema parlamentarista, no qual o presidente divide com o Congresso a condução do governo. "Sou favorável ao presidencialismo com a maior participação possível do Congresso no governo", afirmou Ulysses. O deputado classificou o re-

latório de Fogaça como "bem elaborado e articulado", mas disse que, "evidentemente, ele tem uma conotação mais parlamentarista", Ulysses criticou a manutenção do atual presidencialismo - que classificou de "imperial" - e a adoção de um parlamentarismo "ortodoxo". As principais diferenças entre o projeto Fogaça e o substitutivo são as seguintes: **Mandato** - Fogaça defendeu quatro anos de mandato para o presidente José Sarney e os demais presidentes. O substitutivo, cinco anos. **Presidente** - Fogaça quer que o presidente exerça o Poder Executivo "através" do Conselho de Ministros, com divisão quase igual de poderes. No outro projeto, o presidente exerce o poder "auxiliado" pelo primeiro-ministro e os demais ministros. **Primeiro-**

ministro - Para Fogaça, ele pode expedir decretos, elaborar planos de governo e propor a nomeação ou exoneração de ministros ao presidente. No substitutivo, ele é apenas o "principal auxiliar" do presidente e um executor dos planos de governo. **Congresso** - No projeto Fogaça, o Congresso pode destituir ministros ou todo o gabinete, através dos votos de desconfiança e reprobatório. No substitutivo não há menção a isso, embora o primeiro-ministro seja indicado após consulta do presidente aos partidos que apóiam o governo. **Dissolução** - O projeto Fogaça prevê a hipótese de o presidente dissolver o Parlamento, se seu gabinete não obtiver maioria. O substitutivo, não. (FSP - 18/5/87)

**CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA**

**BOLETIM SOBRE CONSTITUINTE - 61/87
Brasília, 15 de maio de 1987**

**PROPOSTA SOBRE OS DIREITOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS
APOIADA PELO CIMI E CNBB
A SER ENCAMINHADA AO CONGRESSO CONSTITUINTE**

Proposta do CIMI

Art. 1 - São reconhecidas às comunidades indígenas seus direitos originários sobre as terras que ocupam, sua organização social, seus usos, costumes, línguas e tradições.

Parágrafo único - A união garantirá a devida proteção às terras, às instituições, às pessoas, aos bens, à saúde e à educação dos índios.

Art. 2 - As terras ocupadas pelos índios são inalienáveis, destinadas à sua posse permanente, ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais, do solo, do subsolo, dos cursos fluviais e de todas as utilidades nelas existentes.

Parágrafo 1 - São terras ocupadas pelos índios as por eles habitadas, as utilizadas para caça, pesca, extração física e cultural de suas comunidades, segundo seus usos, costumes e tradições, estando incluídas as áreas necessárias à preservação do meio-ambiente e de seu patrimônio cultural.

Parágrafo 2 - As terras ocupadas pelos índios pertencem à União, são indisponíveis e é inalterável sua destinação.

Parágrafo 3 - São nulos e extintos e não produzirão efeitos jurídicos os atos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse, o uso, a ocupação ou a concessão de terras ocupadas pelos índios ou das riquezas naturais do solo, do subsolo e dos cursos fluviais nelas existentes.

Parágrafo 4 - A nulidade e a extinção de que trata o parágrafo anterior não dão direito de ação ou indenização contra o poder público ou os índios.

Parágrafo 5 - Nas terras ocupadas pelos índios é vedada qualquer atividade extraída de riquezas não renováveis, exceto cata, fискаção e garimpagem, quando exercidas pelas próprias comunidades indígenas.

Parágrafo 6 - Paramelhor garantia das terras indígenas ainda não demarcadas, a União as demará, observado o disposto no **Parágrafo primeiro** deste Artigo.

Art. 3 - Os índios, as comunidades indígenas, suas organizações, o Congresso Nacional e o Ministério Público são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos interesses indígenas.

Parágrafo 1 - A competência para diminuir disputas sobre os direitos indígenas será sempre da Justiça Federal.

Parágrafo 2 - O Ministério Público tem a responsabilidade da defesa e proteção desses direitos, judicial e extra-judicialmente, devendo agir de ofício ou mediante provocação.

Parágrafo 3 - A proteção compreende a pessoa, o patrimônio material e imaterial, o interesse dos índios, bem como a preservação e restauração de seus direitos, reparação de danos e promoção de responsabilidade dos ofensores.

Parágrafo 4 - Em toda a relação contratual de que puder resultar prejuízo aos direitos indígenas será obrigatória a interveniência do Ministério Público, sob a pena de nulidade.

Art. 4 - Os direitos e garantias reconhecidos neste Capítulo são diretamente aplicáveis e vinculam todos os poderes públicos.

Art. 5 - Compete à União, e de forma complementar aos Estados, legislar sobre as garantias dos direitos previstos neste Capítulo.

Esta proposta do "Conselho Indigenista Missionário" tem o apoio da CNBB.

Política Nacional

SARNEY DIZ QUE SÓ SAI EM 90

O presidente José Sarney anunciou ontem à noite, em duríssimo discurso de vinte minutos, pronunciado pela cadeia nacional de rádio e televisão, que considera encerrada a discussão em torno da duração de seu mandato, a partir da decisão que ele próprio tomou: "Deixarei o governo em 1990" (o que significa um mandato de cinco anos). O presidente afirmou que abriria mão de um ano do mandato a que se julga com direito, "motivado pelo desejo de amplo entendimento, para conciliar, para possibilitar decisões que possam assegurar que o Brasil saia da crise". Os cinco anos são uma decisão inamovível, a ponto de o presidente ter dito: "Aproveito, neste instante, para determinar aos auxiliares de meu governo, como delegados de minha confiança, que considerem encerrada essa discussão". O discurso do presidente foi feito apenas 24 horas antes da reunião em que a bancada do PMDB no Congresso constituinte votará o tamanho que quer para o mandato de Sarney. O presidente pediu solidariedade aos partidos políticos, apoio e compreensão aos governadores, deputados e senadores constituintes e deixou no ar uma clara advertência: "Não estamos sob nenhuma ameaça ao processo democrático. Mas devemos nos antecipar a qualquer deterioração da situação nacional". (FSP - 19/5/87)

COVAS DEFENDE DIRETAS EM 88

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, vai ignorar a posição defendida pelo presidente José Sarney durante seu pronunciamento de ontem à noite - quando disse que pretende cumprir um mandato de cinco anos - e abrirá a reunião da bancada do PMDB, hoje às 18h30min, pro-

pondo eleições diretas em 1988. "Isto não muda nada", afirmou Covas, depois de ver Sarney pela televisão, na casa do senador José Richa (PMDB-PR). "Vou defender um mandato de quatro anos", prometeu. Cauteloso, seu amigo Richa analisou a questão sob outro ângulo. - Eu não sei qual o objetivo dele (Sarney). Mas não correria um risco desnecessário desses. Junto com Richa e Covas havia vários outros constituintes, reunidos antes do jantar convocado para discutir o programa econômico do PMDB a ser negociado com o Governo. Durante toda a fala do presidente, o silêncio foi absoluto e os presentes limitaram-se a trocas de olhares, enquanto Sarney dizia como quer o seu mandato. Ao final, coube ao deputado Egídio Ferreira Lima, relator da Comissão do Poder Executivo - responsável pela definição do mandato - quebrar a sisudez do ambiente: - Deus proteja você - disse Egídio, quando o presidente pediu: "Deus proteja o Brasil". E continuou: "Deus queira que ele esteja errado, mas acho que o presidente está cometendo um grande equívoco". (JB - 19/5/87)

PAUTA TEM TRÊS ITENS

A pauta da Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa terá três itens básicos: 1) os efeitos econômicos e sociais na vida dos povos da América Latina e Caribe; 2) propostas de soluções para o problema; e 3) propostas de formas conjuntas de luta contra a dívida externa. O evento terá circuito interno de TV e serviço de tradução simultânea e a edição de uma revista especial e de um almanaque sobre a dívida externa. Além de ceder o local para a conferência, a Unicamp dará uma contribuição acadêmica ao debate dos sindicalistas: às 9h de terça-feira, o reitor Paulo Renato Souza apresentará as conclusões do seminário sobre a dívida externa realizado pela universidade. (FSP - 17/5/87)

SINDICALISTAS DE 20 PAÍSES DISCUTEM DÍVIDA EXTERNA

A deflagração de um dia de paralisação de âmbito continental no próximo dia 23 de outubro é uma das principais propostas em discussão na Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa, aberta ontem às 11h na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, com a participação de representantes de 37 centrais sindicais de vinte países da região. A proposta de greve geral é defendida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que convocou a conferência juntamente com a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), a Central Obrera Boliviana (COB) e a Central Uruguaia Pleno Intersindical dos Trabalhadores/Convenção Nacional dos Trabalhadores (PIT/CNT). Os sindicalistas tentarão, até a próxima quinta-feira, definir um programa de ação que pressione os governos do continente a rejeitarem o pagamento da dívida externa nos termos exigidos pelos bancos dos países credores e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). "Precisamos unificar o movimento sindical da América Latina para fortalecer a defesa, com intransigência, da liberdade e soberania desses países sufocados pelo pagamento injusto e desumano da dívida", disse o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade. Entre tanto, os dirigentes sindicais precisarão discutir muito para chegar da teoria à prática. O próprio "Joaquinzão" disse à **Folha** que considera difícil a realização de uma greve de âmbito continental. A CGT, segundo seu vice-presidente Ricardo Baldino, não se oporá à tese da CUT. A proposta de um dia de paralisação tem o apoio da Central Obrera Boliviana, que também defenderá "outras alternativas de luta" durante a conferência. O secretário de Legislação Social da COB, Albert Echazu, disse que a COB está sugerindo um boicote dos trabalhadores contra produtos de países - credores ou devedores - que não

se movimentem para uma revisão da atual contabilidade da dívida externa. "Chega de encher a barriga dos banqueiros, precisamos encher a barriga dos trabalhadores", disse o presidente da CUT, Jair Meneguelli, no encerramento da sessão de abertura. (FSP - 19/5/87)

Trabalhadores Urbanos

FERROVIÁRIOS CONQUISTAM ESTABILIDADE

A conquista de uma das principais reivindicações da categoria - a estabilidade no emprego - e a notícia de que o Presidente da Rede Ferroviária, General Osires Stenguel Guimarães, está demissionário, foram mais comemoradas ontem pelos ferroviários do Rio do que o aumento de 45 por cento nos salários, a partir do dia 1º último. Em assembléia conduzida com segurança, principalmente depois que os oradores souberam da assinatura do acordo, os 1.500 ferroviários reunidos em frente ao prédio da Central do Brasil desistiram, por unanimidade, da greve anunciada para hoje, e saíram em passeata pela Gare Dom Pedro II e pelas plataformas, onde foram saudados pelos maquinistas com um buzinaço. Mobilizados desde a semana passada, quando o Sindicato da categoria sugeriu uma operação-tartaruga e marcou greve a partir de hoje, os ferroviários chegaram cedo à Central do Brasil acusando supervisores, assistentes e engenheiros de tentarem desmobilizar o movimento. No início da assembléia, leram o texto do "Conversa Franca" - boletim do Departamento de Comunicação da Rede - pedindo-lhes que pensassem na empresa, no emprego, em suas famílias e na dignidade profissional. A categoria recebeu com irritação um trecho do boletim segundo o qual, no acordo assinado no último dia 7, em Brasília, os ferroviários conseguiram mais do que tinham conquistado em 20 anos. (O GLOBO - 12/5/87)

OPERÁRIO PARA CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO DEPOIS DE 24 ANOS

Depois de um prolongado silêncio de 24 anos - a última greve da categoria foi em 1963 - os operários da construção civil voltam a se manifestar. Na capital paulista e em mais sete municípios de São Paulo, que abrigam cerca de 250 mil trabalhadores nas suas obras, o som dos martelos e serrotes começa a ser sufocado pela insatisfação da categoria, que entrou em greve na quarta-feira. Eles querem o pagamento de três gatilhos já detonados até agora ignorados pela maioria das construtoras. "É a greve de fome e da traição", diz Manuel Dias do Nascimento, membro da oposição à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil em São Paulo. Ganhando em média Cz\$ 2 mil 500 líquidos por mês, para uma jornada de trabalho que chega a 10 horas diárias, os trabalhadores na construção civil em São Paulo dizem-se traídos pelo presidente do sindicato do Município, Décio Lopes, um líder sindical que ocupa ainda o cargo de juiz classista no Tribunal Regional do Trabalho. Na última semana, Décio Lopes firmou na DRT um novo contrato coletivo com o patronato, em que aceita um piso salarial de Cz\$ 12,00 por hora trabalhada para os ajudantes e de Cz\$ 22,00 para os oficiais. "Até aí, não há nenhuma vantagem", explica Nascimento. Esse já seria o salário/hora caso as empresas tivessem aplicado os gatilhos de janeiro, março e abril, além do de maio, que oficialmente não vigora para os trabalhadores com data-base em maio, como é o caso da construção civil. Os operários reivindicam um ganho de Cz\$ 33,00 por hora para os ajudantes e de Cz\$ 49,50 para os oficiais. O acordo, feito pelo sindicato pode representar, inclusive, um rebaixamento salarial. No mercado já há quem pague Cz\$ 13,00 para o ajudante e Cz\$ 19,00 para o oficial, segundo Nascimento. (JB - 17/5/87)

ATO DE SERVIDOR MINEIRO VIRA MANIFESTAÇÃO PELAS DIRETAS JÁ

O ato público e a passeata dos servidores mineiros (30 mil, segundo o comando da greve, que já dura 16 dias) acabaram se transformando ontem na primeira manifestação de rua em Minas Gerais a favor das eleições diretas para a Presidência da República, desde a campanha das Diretas, já. Os grevistas fizeram o enterro simbólico do prefeito de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara, do governador Newton Cardoso e da política do PMDB. Algumas professoras sofreram ferimentos leves no confronto com a Polícia Militar. Foram quase 1 mil soldados, segundo o chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, coronel Cleinís Mafra, contra os funcionários públicos, que eram mais de 10 mil, de acordo com oficiais da PM, na Avenida Afonso Pena, a principal de Belo Horizonte. Os policiais atiraram bombas de gás lacrimogêneo e aplicaram golpes de cassetete, houve troca de empurrões e o trânsito ficou completamente tumultuado. A Secretaria de Segurança Pública de Minas tinha garantido que não permitiria a manifestação na Praça Sete, onde ela seria realizada, mas negociações entre deputados do PT e PFL com o comandante geral da PM, coronel José Braga Júnior, que foi ver o ato e a passeata, concederam aos servidores um amplo espaço, na esquina da Avenida Afonso Pena com as ruas Espírito Santo e Tamoios, junto à Igreja São José. Tendo à frente o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Jair Menegheli, os funcionários públicos deixaram às 15h a Igreja de São José, onde assistiram a um culto ecumênico com o tema Justiça sim, violência não. A violência, aliás, começaria logo depois, quando os manifestantes tentaram ocupar a Praça Sete, que desde as 13h havia sido totalmente cercada por policiais do Batalhão de Choque. Discursaram deputados do PT, PFL, PL e PDT e o presidente

da CUT, Jair Menegheli. Desafio o senhor doutor Ulysses Guimarães, presidente disso e daquilo, a vir ver que democracia temos neste país. Desafio-o a voltar aos velhos tempos, em que enfrentava a ditadura, para pedir nas ruas eleições diretas para presidente da República - disse Menegheli. O presidente da União dos Trabalhadores no Ensino (UTE) de Minas, Fernando Cabral, puxou, e foi atendido, o coro "diretas, já". (JB - 14/5/87)

FUNCIONALISMO TENTARÁ DE NOVO NEGOCIAR COM QUÉRCIA

O comando de greve do funcionalismo estadual, em reunião realizada ontem, decidiu pressionar novamente o governador de São Paulo, Orestes Quércia, a abrir negociações diretas para a definição do reajuste salarial da categoria. Amanhã, lideranças do movimento, junto com representantes de todos os partidos, irão ao Palácio dos Bandeirantes tentar uma audiência com Quércia, que não quis receber os servidores na última sexta-feira. Caso a Assembléia Legislativa rejeite a extinção do gatilho, o governador pretende questionar na Justiça a constitucionalidade da lei que criou o mecanismo para os servidores estaduais. "Respeitando a Assembléia", por enquanto o governador não tomará nenhuma outra iniciativa, segundo afirmou o secretário de Governo, Antônio Carlos Mesquita. Na avaliação do "Grupo dos Dezenove" - que reúne as entidades representativas do funcionalismo, em greve desde o último dia 7 -, a atitude do governo para com os deputados não é de respeito, mas de transferência de responsabilidade. (FSP - 18/5/87)

"VICENTINHO" GANHA ELEIÇÃO E ATÉ NA VOZ LEMBRA O LULA

Uma nova estrela sobe no cenário sindical brasileiro. Ela veio em 1976 de Acari, no Rio Grande do Norte, trazendo na bagagem o sonho de se tornar ajudante de pedreiro na construtora Camargo Corrêa. A partir de agosto, no entanto, Vicente Paulo da Silva - o "Vicentinho" - assumirá o comando do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, um pólo de formulação de estratégias políticas capazes de influenciar o rumo de todo o movimento sindical brasileiro. "Vicentinho" irá ocupar a mesma cadeira em que já se sentaram Luís Inácio Lula da Silva - hoje líder do Partido dos Trabalhadores na Constituinte e o deputado mais votado do Brasil nas últimas eleições, - e Jair Meneguelli, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que continuará no Sindicato dos Metalúrgicos como diretor. O nome de Vicente Paulo da Silva foi referendado ontem para encabeçar a única chapa inscrita para as próximas eleições sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, marca da para o início de junho. A trajetória sindical do novo líder dos metalúrgicos é marcada por uma profunda identidade com Lula. Entre os dois há inclusive uma característica em comum: a voz. A língua presa e o timbre rouco fazem com que suas vózes sejam facilmente confundíveis. De olhos fechados, fica difícil distinguir quem é o orador quando se trata de Lula e Vicentinho. A tal ponto que o nordestino de Acari já recebeu também o apelido de "Lula Soft". "De qualquer forma, prefiro ter a voz igual à do Lula do que a do Delfim Neto", ironiza ele. (JB - 18/5/87)

MOVIMENTO SINDICAL E DÍVIDA EXTERNA

Jacó Bittar

A dívida externa da América Latina e Caribe é o tema da "Conferência Sindical Latino-americana e Caribenha sobre a Dívida Externa", que terá lugar no Centro de Convenções da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), de 18 a 21 de maio. O evento foi convocado pela Central Obrera Boliviana (COB), Plenário Intersindical dos Trabalhadores/Convenção Nacional dos Trabalhadores (PIT/CNT), do Uruguai, CGT e CUT, do Brasil, todas independentes e não filiadas às três entidades sindicais mundiais: Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciols), Confederação Mundial do Trabalho (CMT) e Federação Sindical Mundial (FSM), garantindo assim a abrangência da convocação. Até o meio desta semana, 54 entidades de 32 países haviam confirmado suas presenças.

O monumental endividamento externo dos países da América Latina e Caribe está ligado a governos de natureza ditatorial e à necessidade de colocação dos excedentes financeiros, no início da década de 70. O crescimento dessas dívidas deu-se, fundamentalmente, pela elevação monstruosa das taxas de juros do período.

Além dos problemas gerados pelas dívidas externas - políticas recessionistas, gerando desemprego em massa, queda da produção e dificuldades em competir no mercado internacional -, é necessário compreender o papel que elas desempenham no reequilíbrio das economias dos países centrais (EUA, Europa e Japão). A custo da miséria e da fome de seus povos, de taxas altíssimas de inflação, crises econômicas e instabilidade política, os países do Terceiro Mundo garantem a estabilidade e o crescimento das economias centrais.

Essa dinâmica, em grande parte sustentada pelos governos dos países devedores, estabelece uma eterna relação de dependência. Não é possível implementar o crescimento econômico da região, o reinvestimento nos serviços públicos e na indústria e a modificação do perfil de produção sem que exista investimentos de grande porte, só viável com o estancamento da sangria dos serviços da dívida.

No Brasil, a situação não é muito diferente. Aqui essas distorções mostram-se de maneira mais brutal e aguda, motivadas pelo processo econômico desordenado das últimas décadas, em particular na passada, época do "milagre delfiniano".

O país já esteve por duas vezes sem condições de honrar os compromissos externos: em 1982 e 1986. Nos tempos da "Nova República", as negociações têm se dado de forma diferente do período militar. A política seguida pelo ex-ministro Dilson Funaro combinava um discurso "independentista", para amansar setores "progressistas" do PMDB, com negociações visando a rolagem da dívida e a retomada do crescimento econômico.

Com a queda do superávit da balança comercial, chegou-se à bancarrota no final de 1986. Dizia-se, na época, que as reservas tinham caído a menos de US\$ 1 bilhão, representando a total incapacidade para manter o quadro de importações. A saída foi a mortuária, que não conseguiu apoio do PMDB. A situação foi tão contraditória que os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro pediram a demissão de Funaro, quanto este negociava com banqueiros internacionais e FMI.

O que tem ocorrido de fato no trato das questões externas é a manutenção de políticas voltadas para saldar os compromissos e garantir a transferência de capitais. O Brasil praticamente sufocou iniciativas mexicanas e argentinas, em 1985, quando ensaiou uma possibilidade de rebeldia contra o FMI. Apenas o Peru tentou manter uma política au-

tônoma. Ao insistir na manutenção das negociações bilaterais, sem a formação do chamado "cartel dos devedores", nosso país revelou-se um aliado do FMI em nosso continente.

A nível do movimento sindical da América Latina e Caribe, a resposta tem sido diversa da apresentada pelos governos e setores do empresariado. Apesar de ter centrais vinculadas às três correntes mundiais, bem como outras sem filiação, como é o caso da CUT, e que em muitas questões têm havido divergências e até encaminhamentos diferentes, a questão da dívida é tema constante de reuniões de todos os setores.

Dois pontos convergentes têm surgido nesses eventos: a incapacidade de nossos países levarem adiante o pagamento da dívida. Menos que questionar origem e legitimidade das dívidas, o que se contesta é a capacidade de pagá-las. Além disso, e aí discutindo a natureza, são levantadas propostas de moratória com auditoria, suspensão por prazo indeterminado e o não pagamento, apresentada e defendida pela CUT em vários encontros.

Outro ponto é a compreensão de que iniciativas isoladas têm pouca eficácia. Para se ter uma idéia da disposição dos trabalhadores, basta ver que nos últimos três anos foram realizadas mais de vinte greves gerais em nove países do continente tendo como um de seus motivos a dívida. Além disso, realizaram-se conferências em Cuernavaca, no México, em 84, e Buenos Aires, em 86, convocadas pelo Ciols; e a de Havana, em julho de 86, que deliberou pela realização do "Dia Continental de Luta contra a Dívida Externa", a 23 de outubro daquele ano, transformado, por proposta da FSM, em "Dia Mundial contra a Dívida Externa", em 86.

Esses pontos de convergência e os patamares de lutas atingidos motivaram centrais da Bolívia, Uruguai e Brasil a convocar a conferência para a próxima semana. Serão delegados de todos os países da região, representantes das centrais mundiais e suas regionais que, juntos, debaterão os problemas da dívida e encaminharão propostas para a sua solução.

A conferência será um momento fundamental na luta que se desenvolve contra a dívida externa. Será o momento de darmos um passo adiante, colocando para o movimento sindical, mais uma vez, a tarefa de fazer frente aos interesses do imperialismo na América Latina e Caribe. (FSP - 16/5/87)

Jacó Bittar, 46, é secretário internacional da CUT, 1º vice-presidente nacional do PT e ex-presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia (SP).

Trabalhadores Rurais

FAZENDA É INVADIDA POR COLONOS NO SUL

Mais uma invasão de terras aconteceu ontem no Rio Grande do Sul. Desta vez, 74 famílias de colonos que estavam acampadas há mais de um ano na Fazenda Annoni - já desapropriada mas ainda não dividida entre os ocupantes - invadiram a fazenda São Pedro, em Guaíba (a 58 quilômetros da capital). A fazenda São Pedro já havia sido cadastrada pelo Incr para fins de re-

forma agrária, mas a empresa proprietária, a Etel Empreendimentos Imobiliários, conseguiu liminar na Justiça suspendendo o processo de desapropriação. A imobiliária alega ser a fazenda empresa rural e, portanto, isenta de desapropriação. A assessora dos invasores, Suely Belatto, disse que os agricultores querem um diálogo imediato com o Incra, mas o Delegado Regional do órgão, Celso Gaiger, viajou para o interior e só retorna hoje. Nos outros 1.100 hectares da fazenda São Pedro já foram assentadas 64 famílias, que tam-

bém se encontravam acampadas na Anonni e que já cultivam as terras. Suely Belatto explicou ainda que o Incra precisa agilizar os processos de desapropriação no Estado, porque das 1500 famílias que haviam invadido a Anonni no ano passado, apenas 350 foram assentadas. As 74 famílias que ocuparam a São Pedro saíram de madrugada da Anonni, percorrendo 300 quilômetros em caminhões. (O GLOBO - 18/5/87)

PROSSEGUEM INVASOES EM BUSCA DE COMIDA

Quinhentos trabalhadores rurais dos distritos Cangati, Fortuna e Zorra invadiram ontem Mombaça, a 290 km de Fortaleza, em busca de comida nos depósitos de merenda escolar do município. A polícia impediu os saques. Em Acopiara, município próximo a Mombaça, o prefeito Antonio Gaspar do Valle decretou estado de emergência. Trezentos lavradores reuniram-se no salão paroquial de Quixeló, cidade vizinha, exigindo a distribuição de alimentos. As cidades de Solonópole, Milhan, Quixeramobim, Iguatu, Senador Pompeu e Jaguaratama não realizaram suas feiras semanais, por falta de produtos, em grande parte saqueados em invasões anteriores. (FSP - 17/5/87)

TRABALHADORES PROTESTAM NO ENTERRO DO LÍDER

Conduzindo faixas e cartazes que clamavam por justiça e protestando contra a violência na zona canavieira, dois mil trabalhadores rurais do município de Camutanga, na Zona da Mata, sepultaram ontem à tarde o líder sindical José Severino da Silva, assassinado com cinco tiros porque exigiu do empresário Severino Ramos da Silva o cumprimento do gatilho salarial. Na versão da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, José Severino, presidente do Conselho Fiscal do sindicato, procurou o dono do engenho Mumbaque, Severino Filho, de quem exigiu que apli-

casse no pagamento dos cortadores de cana os gatilhos de fevereiro e março. Em resposta, o usineiro sacou a arma e disparou cinco vezes contra o líder sindical, que morreu na manhã de ontem em Recife. Ontem, enquanto ocorria o sepultamento, a Fetape distribuiu uma carta aberta ao Governador, ao Ministério da Justiça e à Confederação Nacional dos Trabalhadores (Contag), denunciando o crime e sua impunidade, pois segundo a Fetape, o criminoso continua em suas terras e sequer foi intimado pela Polícia para depor. (O GLOBO - 5/5/87)

Igrejas

DESMOND TUTU CHEGA AO BRASIL

O Prêmio Nobel da Paz de 1984 e arcebispo-primaz anglicano da África do Sul, Desmond Tutu, defendeu ontem, às 19h, em entrevista coletiva na capela da Igreja das Fronteiras, bairro do Derby, zona central de Recife (PE), a "intensificação da pressão política, diplomática e econômica" do governo brasileiro sobre o regime sul-africano, além de uma política internacional de retirada de investimentos na economia da África do Sul, como forma de implementar "uma estratégia não-violenta" contra o regime de segregação racial (apartheid). Ao lado de d. Hélder Câmara e de sua mulher, Eleá Nomalivo Tutu, com os quais rezou, pouco antes, no apartamento de d. Hélder, nos fundos da igreja, Tutu disse que apóia "tudo o que possa ser feito para pressionar o sistema injusto vigente" em seu país e que aproveitará sua visita oficial de quatro dias ao Brasil, iniciada ontem às 16h15, em Recife, para "procurar persuadir todos aqueles que têm poder de decisão no Brasil para que adotem a nossa estratégia não-violenta", destacando que a pressão da comunidade internacional "isolando o regime sul-

africano" é a "única saída que resta". Elogiou, em seguida, o Conselho Nacional Africano (organização clandestina que desenvolve a luta política e armada contra o governo sul-africano), dizendo que "exerce um papel muito significativo" e afirmou que as igrejas no Brasil "têm dado grande inspiração" à sua luta contra o racismo, sobretudo através da Teologia da Libertação. (FSP - 19/5/87)

KERTESZ E GIL NÃO VÃO AOS ATOS PÚBLICOS

O prefeito de Salvador (BA), Mário Kertesz, e seu secretário da Cultura, Gilberto Gil, não estarão presentes hoje aos atos públicos em homenagem ao arcebispo anglicano da cidade do Cabo (África do Sul) - e Prêmio Nobel da Paz em 84 - Desmond Tutu. Gil, o principal artífice da visita de Tutu a Salvador, havia programado, juntamente com o movimento negro da cidade, a apresentação de um ritual de candomblé em praça pública. Houve porém restrição ao ato ecumênico, por parte do bispo da Igreja Episcopal do Brasil (anglicana), d. Clovis Rodrigues, que, de Recife (PE), chegou a aconselhar, por telefone, Tutu a não comparecer ao ato em função do candomblé. Convidado oficial do governo do Estado, o bispo será recebido no aeroporto pelo governador Waldir Pires (PMDB), para em seguida se dirigir em comitiva ao largo do Pelourinho (centro da cidade), onde assistirá as manifestações culturais, sem o candomblé. No início da tarde, deverá seguir para Brasília. O Movimento Negro Unificado (MNU), entidade fundada em 1978 e atualmente organizada em nove Estados, foi recebido ontem, às 18h10, em Recife (PE), no Recife Palace Hotel, pelo bispo Desmond Tutu, fora da agenda oficial estabelecida pelo Itamaraty. Em documento entregue a Tutu, o MNU denuncia apartheid brasileiro "não institucionalizado". (FSP - 19/5/87)

BISPOS DENUNCIAM VIOLÊNCIA CONTRA AGENTES PASTORAIS

Catorze bispos da região Centro-Oeste do país divulgaram nota, anteontem, em Goiânia (GO), denunciando violências e ameaças contra agentes pastorais na região do "Bico do Papagaio" (norte de Goiás, sudeste do Pará, sudoeste do Maranhão). Diz a nota também que dez famílias de posseiros foram despejadas, em 6 de abril, no município de Formoso do Araguaia (GO), sem ordem judicial, sendo queimadas várias casas. A nota dos bispos é assinada pelo arcebispo de Goiânia (GO), d. Antônio Ribeiro de Oliveira, e pelos preladados das dioceses goianas de Miracema, d. Jaime Collins; Cristalândia, d. Olívio Teodoro; Porto Nacional, d. Celso Pereira de Almeida; Tocantinópolis, d. Aloísio Hilário de Pinho; São Luiz de Montes Belos, d. Washington Cruz; Goiás Velho, d. Tomás Balduino; Jataí, d. Benedito Domingos Coscia, e seu auxiliar, d. Miguel Pedro Mundo; Formosa, d. Victor Tielbech; Rubiataba, d. José Carlos de Oliveira; e Ipameri, d. Tarcício Lopes, além do bispo-auxiliar de Brasília, d. Raymundo Damasceno Assis, e do bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga. (FSP - 15/5/87)

Índios

BARRAGEM ROMPE E POLUI RIOS

O rompimento das barragens de decantação da Mineração Taboca, ocorrida no dia 3 na área de Pitinga, que provocou a poluição total dos rios Tiarajú, Alalaú e Jauaperi, ameaçando inclusive Manaus, pois este último rio desemboca no Negro, que banha a capital do Estado, foi classificado como o maior desastre ecológico que já ocorreu na Amazônia pelo sertanista Porfírio Carvalho, ex-funcionário da Funai, e

que esteve no local. O Rio Alalaú, de águas originariamente negras, estava totalmente branco, segundo o sertanista, assustando os 374 índios da reserva Waimiri-Atroari, enquanto que no município de Novo Airão chegavam informações sobre as dificuldades de se encontrar peixes, fato que estaria relacionado à poluição que, se teme, também tenha atingido o rio Negro. A Mineração Taboca, instalada às margens do rio Pitinga, está desde 1983 com seus acampamentos montados no rio Tiara-jú. Em virtude de uma série de protestos, teve que construir os tanques de decantação para tratar a água poluída pelos preparados químicos, principalmente mercúrio, usado na exploração de ouro. Caso se confirme a poluição do rio Negro pelo material altamente poluente despejado pelos tanques de decantação, a população de Novo Airão estará em poucos dias na mesma situação dos índios Waimiri-Atroari, assustados com a mancha branca que atinge o rio Alalaú. A queda da barragem principal foi seguida do rompimento de outros oito auxiliares da Mineração Taboca, que é uma empresa subsidiária da Paranapanema, na mina de Pitinga, município de Presidente Figueiredo. Esta mina está situada nas proximidades da reserva dos Waimiri, hoje reduzida a 374 índios. O acidente ecológico aconteceu no dia 3 deste mês e foi presenciado pelo sertanista. Seu único propósito, segundo afirmou, é alertar as autoridades para a ameaça que representa a poluição de rios tão importantes. Ele nega que por trás da informação haja qualquer intenção de provocar sensacionalismo.

(O GLOBO - 12/5/87)

ÍNDIOS DENUNCIAM INVASÃO DE SUAS TERRAS EM ALAGOAS

Índios da nação xucuru Kariri, de Alagoas, estiveram ontem com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PE, Lúcio Flávio Regueira, denunciando os problemas de invasões em suas terras,

próximas a Palmeira dos Índios, que vêm sofrendo há muitas décadas, sem que a Funai, que é o órgão competente, tenha movido uma só palha em benefício da causa indígena. O pajé Antônio Celestino, de 48 anos, e o cacique José Augusto, de 22, revelaram que vivem na pequena área de terra que lhes restou, não como donos, mas como escravos, sofrendo massacres e ameaças dos proprietários de engenhos da região, sem poder reagir. "Quem é o índio para enfrentar escopetas, revólveres e armas pesadas? Nós não reagimos, preferindo confiar na Justiça e não apenas na Funai, que, por sinal, até hoje não atuou a nosso favor", desabafou o pajé. Apoiados por duas advogadas do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), os índios alagoanos reivindicaram três mil hectares de uma área, segundo eles insignificante, se comparada aos 36 mil hectares que, em 1822, foi dada aos seus ancestrais pelo Imperador Dom Pedro I. Dos 36 mil restam, hoje, apenas 393 hectares, mesmo assim divididos em duas áreas, uma de 117 e outra de 276 hectares, onde vivem as duas tribos da nação xucuru Kariri, que terminou por se dividir em 1985, por considerar que a população estava muito grande (superior a 1000 índios). Após a divisão, em 85, 230 índios ficaram numa extensão de terra de 117 hectares, denominada Cafurna. O restante da população fixou-se 9 quilômetros adiante, na Fazenda Canto, de 276 hectares. Mas a visita de ontem, à OAB, compareceram apenas os líderes da Cafurna, que se sentem mais prejudicados face aos problemas fundiários que vêm se sobrepondo. Na cafurna não há condição de trabalho. Só temos 117 hectares de mata, que não são suficientes para realizarmos nossos rituais e paralelamente desenvolvemos a lavoura ou outras atividades agropastoris. Estamos sobrevivendo trabalhando para fazendeiros da região, arrendando terras ao preço de 200 cruzados a tarefa. O pior de tudo é que estamos pa-

gando por uma terra que de fato é nossa - informou o cacique José Augusto. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO/RE - 8/5/87)

ELETRONORTE MOSTRA USINA PARA CONVENCER ÍNDIOS

Com o objetivo de convencer os índios de que a construção da barragem hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã, próximo de Manaus, Amazonas, não representará o fim do mundo, e de que "as águas não serão chupadas para o centro da terra", conforme crêem os indígenas, a Eletronorte, numa experiência inédita, levou ontem quatro líderes da comunidade Waimiri-Atroari para conhecer de perto o funcionamento da usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, inúmeras vezes maior que o projeto de Balbina. A vinda dos índios Tomaz Temerse, Waimiri, Paulo Uiribiá, Waimiri, Viana Wuomé, Atroari e Mário Paroé, Atroari é o último recurso para convencer os índios, cuja comunidade será atingida pela inundação do lago, a partir de 30 de outubro. A usina hidrelétrica de Balbina, em fase final de construção, já está com o fechamento da barragem previsto para o próximo mês de outubro, havendo possibilidade de até quatro meses depois, se a vazão do rio Uatumã fora favorável, iniciar a geração de energia que vai abastecer exclusivamente o mercado consumidor de Manaus. (DIÁRIO POPULAR/SP - 7/5/87)

TUMULTO EM DEBATE SOBRE ÍNDIO

Quase terminou em briga a conferência feita ontem em Boa Vista pelo presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e bispo do Xingu, d. Erwin Krautler, no Palácio da Cultura. Ele veio para falar sobre "O Índio no Brasil hoje"? para uma platéia quase toda formada por pessoas levadas ao Palácio da Cultura pela diocese

de Roraima, mas as intervenções dos que são contrários à influência dos religiosos nos assuntos indígenas do território irritaram não apenas o bispo, como também os organizadores da conferência, membros de entidades envolvidas com a Pastoral do Índio e com a criação do Parque Yanomami. O tumulto se iniciou quando o bispo começou a falar sobre o esbulho sofrido pelos índios, vítimas de grandes latifúndios, pois o jornalista Péricles Perrucci, que é também secretário da Cooperativa dos Garimpeiros, pediu um aparte e quis saber qual é o total das terras que a Igreja tem hoje em seu poder. Não obteve resposta e o ambiente começou a ficar pesado. Mas a situação ficou ainda mais tensa quando d. Erwin Krautler começou a atacar o projeto Calha Norte e o Conselho de Segurança Nacional. O ex-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Roraima, coronel José Torres de Mello, ardoroso defensor da abertura das áreas indígenas do território para a mineração, investiu furioso contra o bispo, lembrando que as acusações que ele fazia - "o projeto Calha Norte é ponta de lança das multinacionais" - eram muito graves, porque atingiam as autoridades constituídas. A conferência quase acabou em briga, em razão das discussões que se seguiram entre os defensores das duas causas: de um lado a preservação do índio, e de outro, sua integração gradativa à sociedade vicilizada. (ESP - 12/5/87)

INVASÃO DOS KAIAPÓ

Índios Kaiapó estão invadindo propriedades particulares ao sul da reserva em São Félix do Xingu e intimidaram proprietários e empregados da Fazenda Fortaleza, que abandonaram a propriedade. A notícia foi confirmada ontem, em Belém, pelo presidente do Instituto de Terras do Pará, Walcyr Monteiro. (ESP - 12/5/87)



Nos dias 4 e 7/9/87 estará acontecendo em São Paulo (local a definir), o quarto Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores.

Um espaço onde a juventude trabalhadora elegeu, para discutir e analisar, a situação social e política da juventude trabalhadora nacional.

Promoção: JOC do Brasil e Entidades Afins.